

EXMO. SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO INTERNA DE CHAMAMENTO PÚBLICO DA  
SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE GOIAS,

**CHAMAMENTO PÚBLICO N°. 001/2021**

O **INSTITUTO DE GESTÃO E HUMANIZAÇÃO - IGH**, pessoa jurídica de direito privado, inscrito sob o CNPJ 11.858.570/0001-33, através de seu representante legal que a esta subscreve, vem, respeitosamente, apresentar **PEDIDO DE ESCLARECIMENTO** quanto ao teor do Edital do Chamamento Público nº 01/2021, que tem como objeto a seleção de organização social para celebração de Contrato de Gestão objetivando o gerenciamento, a operacionalização e a execução das ações e serviços de saúde, em regime de 24 horas/dia, no HOSPITAL ESTADUAL GERAL E MATERNIDADE DE URUAÇU (HEMU), pelos fatos e motivos que ora passa a expor.

De plano, saliente-se a necessidade imperiosa de **manifestação imediata dessa Comissão de Licitação quanto ao teor do presente pedido de esclarecimento**. Isso porque o registro ora trazido à lume, se não esclarecido prontamente, poderá inviabilizar a adequada compreensão do edital do certame, vindo a prejudicar a participação desta e outras organizações no certame em tela, conforme se verá em seguida.

**1. DOS ESCLARECIMENTOS**

**1.1. DO DETALHAMENTO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO QUALITATIVO**

Com relação a ficha de indicadores constante no edital da licitação, há referências que carecem de melhor esclarecimento. O **indicador de saídas da clínica**

*uf*

**médica, por exemplo, não representa o que orienta a ANS e portarias do ministério da saúde acerca da matéria.**

Rememore-se o teor do convocatório, que estabelece “Média de permanência hospitalar  $\leq$  6 dias”.

A Ficha de indicadores da ANS E-EFI-05, sinaliza que a permanência da unidade de Porte III (Grande porte) é 5 dias, enquanto a Portaria nº 2.395, de 11 de outubro de 2011, no artigo 14, inciso XI estabelece: “Média de Permanência de, no máximo, 10 (dez) dias de internação”.

A forma como restou fixado o indicador sob análise deixa de considerar, além das portarias e orientações da ANS, o próprio perfil do hospital que, mesmo sendo cadastrado com unidade aguda, pode vir a ter pacientes com perfil social ou graves em doenças tratáveis pela assistência básica e agravadas por falta dela, variável esta que poderá impossibilitar o atingimento da meta de saídas da clínica médica. Como exemplo, pode se pensar no tratamento de antibioticoterapia, o qual pode ir de 7 a 28 dias de permanência do paciente.

Ademais, o indicador fixou permanência padrão, desconsiderando que a natureza de cada unidade de atendimento tem interferência direta no tempo de permanência do usuário. **Assim, requer que essa Secretaria esclareça os elementos que conduziram ao estabelecimento de tal meta.**

Quanto ao indicador “Percentual de ocorrência de glosas no SIH – DATASUS”, cumpre mencionar que o processo de aprovação das contas faturadas depende de fatores que não estão sobre a governança da futura contratada e, alguns desses fatores estão diretamente ligadas a capacidade operacional do ente público. As contas faturadas por vezes são rejeitadas por motivos alheios a unidade hospitalar (exemplo de contas sobrepostas, duplicidade de faturamento, entre outros).

Diante disso, pontua-se que se o interesse é avaliar a qualidade do faturamento, seria pertinente que o indicador considerasse apenas as rejeições por erro operacional.

**Pelo exposto, requer esclarecimento quanto ao critério fixado no edital, ao passo em que é solicitada a sua alteração nos termos supramencionados, a fim de estabelecer referência impessoal e ajustada ao propósito do certame.**

*MS*



Em relação ao **indicador “Percentual de suspensão de cirurgias programadas por condições operacionais (causas relacionadas à organização da unidade)”** que em outras unidades da mesma regional tem meta de “menor ou igual que 5%”, no presente caso teve meta proposta de “menor ou igual que 1%”.

**Solicitamos esclarecimentos dessa Secretaria quanto aos elementos que subsidiaram a fixação de tão numerário, bem como quanto à comprovação de sua viabilidade frente ao cenário enfrentado nas unidades da regional.**

Por fim, a Administração estabeleceu o **indicador “Percentual de partos cesáreos”**, com indicação de percentual de “igual ou menor de 15%”, meta que já foi questionada em contratos anteriores firmados com esse Estado, tendo, inclusive, sido acolhida a pretensão deste IGH na ocasião. Conforme se verifica do documento anexo, nos contratos anteriores, restou entendido que o citado indicador serviria ao monitoramento, sem impactar na apuração das metas qualitativas.

Nas últimas décadas, a taxa nacional de operações cesarianas tem aumentado progressivamente, de modo que a cesariana se tornou o modo mais comum de nascimento no país, com taxa de aproximadamente 56%, havendo uma diferença importante entre os serviços públicos de saúde (40%) e os serviços privados de saúde (85%). Destaca-se, ainda, que as taxas são influenciadas por diversos fatores, pelo que as mais baixas métricas do edital podem não ser factíveis em um curto prazo.

Nesse passo, ressalta-se que os fatores influenciadores podem ser de ordem individual (características demográficas, clínicas e obstétricas das mulheres), estrutural ou sistêmica (modelo de atenção obstétrica) e há aqueles possivelmente mais subjetivos, como as preferências dos profissionais da saúde e das mulheres.

Embora existam estudos iniciais que estabelecem a métrica de 15%, a Organização Mundial da Saúde – OMS desenvolveu uma ferramenta validada com mais de 10 milhões de nascimentos em 43 países, incluindo o Brasil, onde foram aplicados junto aos dados de Pesquisa Nascer no Brasil, possibilitando a identificação de taxa atual como de referência para a população brasileira, situando-se entre 25% e 30%. Tais elementos demonstram a inexequibilidade da meta proposta pela Administração no edital analisado.

**Por todo o exposto, entende-se pela necessidade de esclarecimento, por essa Secretaria, dos critérios utilizados para definição das metas acima tratadas, de modo a permitir a compreensão do objeto e a composição de proposta**

18

técnica compatível com o modelo de qualidade esperado pela Administração e, uma proposta orçamentária compatível com os custos a serem incorridos para a gestão da unidade.

## 2. CONCLUSÃO

*Diante do exposto*, submetemos o presente requerimento ao crivo dessa Secretaria, com o pleito de que seja esclarecida a questão supra formulada com a brevidade que o caso requer, considerando o acolhimento de propostas previsto para ocorrer no próximo dia 14/06/2021.

Salvador, 27 de maio de 2021.

  
CARLA BAIÃO DULTRA

**Coordenadora de Licitação**